

Remuneração de professores da educação básica na rede estadual de São Paulo: uma análise a partir de folhas de pagamento (2006-2013)

Ana Paula Santiago do Nascimento¹
João Batista Silva dos Santos²
Rubens Barbosa de Camargo³

Introdução, objetivos e métodos

Um dos grandes debates travados em torno do tema do Financiamento da Educação é a remuneração de professores da educação básica no Brasil e no mundo e sua comparação com os valores de outros trabalhadores assalariados.

Em que pesem as distintas metodologias, fontes e resultados, de maneira geral, o que a literatura especializada tem afirmado – BARBOSA (2014), FELÍCIO (2013), ALVES, PINTO (2011) – é que os professores recebem, em média, uma remuneração abaixo daquelas percebidas por outros profissionais com formação equivalente.

A própria Meta 17 do Plano Nacional de Educação (PNE-2014/2024) (BRASIL, 2014) instituiu que até o final do sexto ano de vigência do Plano (2020) o rendimento médio dos professores da educação básica pública deveria ser equiparado ao dos profissionais com formação equivalente.

Uma das principais fontes sobre a remuneração de professores são as folhas de pagamentos das secretarias de educação, todavia, destaca-se que é de muito difícil seu acesso por parte das gestões das redes públicas e, em geral, são tratadas como segredo. O presente trabalho tem como objetivo realizar um esforço coletivo para conseguir identificar a remuneração docente e sua composição, bem como traçar perfis dos professores a partir dessa importante fonte.

Este texto é fruto do trabalho da equipe do Estado de São Paulo⁴ de pesquisa nacional sobre remuneração docente⁵, e pretende tornar público a descrição e análise do comportamento da remuneração dos docentes na ativa da rede estadual de ensino de São Paulo de 2006 a 2013 presentes em folhas de pagamento, identificando possíveis impactos da política sobre o pagamento de docentes assumidos pelas gestões administrativas do período.

¹ Doutoranda do PPGE da FEUSP; anpnascimento@gmail.com

² Mestre pela EFLCH da UNIFESP; santos.jbatista@gmail.com

³ Professor Doutor da FEUSP; rubensbc@usp.br

⁴ O grupo envolve professores, pesquisadores e alunos da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e da Universidade de São Paulo (USP).

⁵ Pesquisa financiada pelo Programa OBEDUC da CAPES/INEP/Secadi do MEC.

Dessa forma, esse texto apresenta característica quanti-qualitativa, cujo objetivo é analisar bancos de dados fornecidos pela SEE-SP relativos às folhas de pagamento do mês de outubro de cada ano do período, obtidas por meio da lei de acesso à informação, e, ao mesmo tempo, olhar os documentos legais da rede para buscar possíveis interpretações para entender a dinâmica apresentada pelos dados. Para a análise foram utilizados apenas os relativos aos docentes ativos das folhas, consolidando-se as informações por docente, ou seja, em apenas um registro funcional. Além disso, foram retirados da análise os registros nos quais não foi possível identificar sua função nas folhas de pagamento.

Como as folhas de pagamento trazem grande quantidade de informações sobre os perfis dos docentes da rede estadual, buscou-se sintetizar ao leitor tanto um quadro geral dos docentes como de diferentes médias de remuneração destes. Assim, tratar-se-á no trabalho dos seguintes dados: a) número de professores lotados em escolas ou em unidades administrativas; b) número de professores por cargo/função; c) itens remuneratórios da folha, identificando os itens que mais aparecem na folha assim como seu “peso”;

Resultados e discussão

A análise inicialmente foi feita a partir dos grandes números (dos totais de docentes e de remuneração) que as folhas de pagamentos obtidas nos oferecem.

Número de docentes ativos e totais das folhas de pagamento

Na **Tabela 1** abaixo, estão apresentados os dados referentes ao mês de outubro de cada ano da série. Na primeira coluna estão os anos; na segunda, o número de professores; na terceira, um número índice de base 100 do item; em seguida, a despesa total encontrada em cada mês e ano, em valores corrigidos pelo INPC para outubro de 2013; nova coluna com número índice; na penúltima coluna encontra-se uma “Média Bruta” e nova coluna com número índice.

Tabela 1- Número de professores ativos e valores da despesa total em cada folha (2006-2013). Valores em R\$ corrigidos

mês/ano	Número de professores (a)	I _N	Despesa total R\$ (em mil) (b)	I _D	“Média Bruta” (c) = b/a	I _M
out/06	219.306	100,0	530.340	100,0	2.418,26	100,0
out/07	220.519	100,6	512.171	96,6	2.322,57	96,0
out/08	215.426	98,2	530.688	100,1	2.463,44	101,9
out/09	204.245	93,1	497.650	93,8	2.436,53	100,8
out/10	211.968	96,7	512.795	96,7	2.419,21	100,0
out/11	215.517	98,3	555.429	104,7	2.577,19	106,6
out/12	223.958	102,1	583.036	109,9	2.603,33	107,7
out/13	228.412	104,2	617.994	116,5	2.705,61	111,9

Fonte: autores, com base em dados das folhas de pagamento da SEE-SP (2006-2013). Valores corrigidos do Real pelo INPC de out/2013.

Nota: Número índice (I_N, I_D, I_M) representa a razão do valor da variável em relação ao valor correspondente ao ano base, multiplicado por 100.

De acordo com a **Tabela 1**, nota-se um crescimento do número de professores presentes nas folhas de pagamento da ordem de 4,2 % entre os anos de 2006 e 2013 (mês de outubro), passando de um total de 219.306 para 228.412. Contudo, o valor da despesa total, corrigido para Reais de outubro de 2013, passou de R\$ 530 milhões para R\$ 618 milhões, apresentando crescimento de 16,5 % no período analisado. Tais dados implicam um aumento de 11,9% na “Média Bruta” dos professores calculada de R\$ 2.418,26 para R\$ 2.705,61, considerando a despesa total e o número de docentes na série histórica.

Número de docentes em escolas e em unidades administrativas

A **Tabela 2** informa o número de professores ativos lotados nas escolas e em unidades administrativas (Diretorias de Ensino, Coordenadorias e Órgãos Centrais da SEE-SP); os montantes das despesas de cada grupo; os percentuais de cada item nos anos escolhidos e a média da remuneração para os anos de 2006 e 2013, obtidos nas folhas de pagamentos.

TABELA 2 – Número de professores, montantes do mês de outubro e média por docente de acordo com lotação (2006 e 2013) (em R\$ corrigidos out/2013)

Local de lotação	out/06		out/06		out/13		out/20013		Média	
	N	R\$	% N	% R\$	N	R\$	% N	% R\$	2006	2013
Escolas	216.216	351.706.707	98,6	98,1	225.266	601.615.555	98,6	97,9	1.626,65	2.670,69
Unidades Administrativas	3.090	6.851.354	1,4	1,9	3.146	12.631.747	1,4	2,1	2.217,27	4.015,18
Total	219.306	358.558.060	100	100	228.412	614.247.302	100	100	1.634,97	2.689,21

Fonte: autores com base em dados de Folhas de Pagamento da SEE-SP (2006 e 2013)

Observa-se que o número de professores lotados em unidades administrativas é pequeno percentualmente, pois corresponde a 1,4% em 2006 (são 3.090 de um total de

219.306) e o mesmo 1,4% em 2013 (3.146 em um total de 228.412). O que se destaca é o fato de os professores lotados em unidades administrativas terem média remuneratória acima daqueles que estavam lotados nas escolas. No ano de 2006, a média era 36,3% superior a dos professores nas escolas, enquanto que em 2013 esse percentual era de 50,3%. Essa diferença pode ser explicada por: os professores lotados em unidades administrativas são mais antigos na rede e têm vencimentos mais altos, resultado da movimentação na carreira e dos adicionais por tempo de serviço; a jornada de trabalho desses professores ser superior a daqueles que estão nas escolas (em geral de 40 horas semanais); os professores lotados em unidades administrativas podem receber adicionais relativos às funções que ocupam, o que elevaria a média.

Remuneração média por cargo/função PEB I e PEB II em 2013

A **Tabela 3** contém dados de 2013 da SEE-SP. Nela estão apresentados os cargos ou funções-atividades⁶ de docentes ativos: Professor Educação Básica I (PEB I), Professor II (em extinção) e Professor Educação Básica II (PEB II), os seus números e percentuais; a somatória do gasto com a remuneração docente para cada cargo/função (em valores de 2013) e seu percentual; bem como a média da remuneração por cargo/função em 2013.

TABELA 3 – Número de docentes ativos e valores da despesa com remuneração por cargo da Rede Estadual de São Paulo (out/2013)

Cargo/Função	Número de professores	Percentual de Professores no Cargo/Função	Somatória da remuneração por cargo na Folha (em R\$ de out 2013)	Percentual da somatória na Folha	Média da remuneração (em R\$ de out 2013)
PEB I	66.700	29,20%	159.033.082	25,90%	2.384,30
Professor II	68	0,00%	163.972	0,00%	2.411,36
PEB II	161.644	70,80%	455.050.248	74,10%	2.815,14
Total	228.412	100%	614.247.302	100%	2.689,21

Fonte: autores com base em dados da Folha de Pagamentos de outubro de 2013 da SEE-SP

De acordo com a **Tabela 3**, o número de cargos/funções de Professor Educação Básica I (PEB I) – que atendiam os anos iniciais do Ensino Fundamental (ou ainda os que não tinham a licenciatura plena) – era de 66.700, correspondendo a 29% do total de

⁶ Segundo o Artigo 4º. da Lei Complementar 836/97, os docentes da rede estadual, passaram a ser identificados como Professor Educação Básica I e Professor Educação Básica II, tanto para os que estavam ocupando cargos efetivos, quanto para os que ocupavam funções-atividades (contratação temporária).

professores na folha de outubro de 2013 (228.412). O Professor II possui licenciatura curta (o cargo está em extinção) e com pouca relevância no total, pois eram apenas 68 professores em 2013. O número de cargos/funções de Professor Educação Básica II (PEB II), que são docentes que lecionavam nos anos finais do Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, representou 71% da rede estadual presente naquela folha.

Os montantes gastos em outubro de 2013 guardam certa proximidade em termos percentuais, pois com os PEB I foram gastos cerca de R\$ 159 milhões, 26%; enquanto para os PEB II foram gastos R\$ 455 milhões, 74%.

A divisão dos montantes apresentados pelo número de docentes por cargo/função revela um valor médio para cada cargo/função como “remuneração média”. Para o PEB I a média foi de R\$ 2.384,30; enquanto o PEB II o valor médio foi R\$ 2.815,14, 18% a mais que o PEB I.

Perfil docente – Tempo de serviço

Na **Tabela 4** é possível verificar qual a proporção de docentes em faixas de tempo de serviço na rede de ensino. Na primeira coluna apresenta-se a faixa de tempo, constando nas demais colunas os percentuais para cada ano entre 2009 e 2013. Importa ressaltar que os dados anteriores a 2009 não apresentavam evidências de tendência, por isso optou-se por abranger apenas os dados de 2009 a 2013.

TABELA 4 - Percentual de docentes ativos lotados em unidades educacionais por tempo de carreira.

Tempo de carreira (em anos)	out/2009	out/2010	out/2011	out/2012	out/2013
<=4	16%	13%	14%	17%	19%
>4<=9	14%	16%	16%	15%	14%
>9<=14	12%	12%	12%	12%	12%
>14<=19	19%	17%	15%	13%	12%
>19	40%	41%	43%	43%	43%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: autores, com base em dados das folhas de pagamento da SEE-SP (2006-2013).

Observa-se que a rede de ensino pública do Estado de São Paulo apresenta os maiores percentuais para a faixa acima de 19 anos de carreira. Nas demais faixas há uma distribuição entre 12% e 19%, com faixas tendendo ao decréscimo (>14<=19), outra de crescimento (<=4) e nas outras sem alteração. Na última faixa ainda há uma tendência de crescimento, passando de 40% em 2009 para 43% em 2013. Este dado mostra que a rede poderia ser considerada uma "rede velha", isto é, há grande proporção

dos professores que se aproxima do final da carreira no que se refere ao tempo de atuação, o que não pode ser confundido com o fim da carreira em termos de evolução na tabela de vencimento.

Composição da remuneração docente

Nas folhas de pagamento obtidas foram encontrados 183 itens de remuneração nos oito anos (há itens que entram e desaparecem no período). Há muitas informações a serem trabalhadas e analisadas. Para este trabalho escolheu-se um procedimento que revela em dois anos da série (no primeiro e no último) o comportamento dos itens que têm percentuais de seus valores maiores do que 2% em 2006. Com isso, produziu-se a **Tabela 5**, onde são apresentados: na primeira coluna a denominação dos 10 itens que contemplam esta condição; na segunda coluna, a frequência de docentes que recebem o item; na terceira, o percentual dessa frequência com relação à maior frequência docente existente em toda folha; na quarta coluna os valores totais de cada item; na quinta os percentuais destes em relação ao total da folha. Nas demais colunas (6^a. a 9^a.) repete-se o mesmo critério.

TABELA 5 – Os 10 itens mais frequentes na remuneração docente superior a 2% em 2006 - frequência de docentes, seu percentual, o valor nominal do item, seu percentual da folha e os mesmos itens em 2013

Item remuneração	N 2006	% N 2006	Valor 2006	% Valor 2006	N 2013	% N 2013	Valor 2013	% Valor 2013
SALARIO BASE	103.663	44,9%	135.878.310	32,2%	114.391	50,1%	205.922.464	33,5%
CARGA HOR-SUPL - 5 A 8 SERIE	94.311	40,9%	39.031.424	9,3%	66.887	29,3%	57.931.883	9,4%
GAM - GRATIF ATIVIDADE MAGISTERIO	229.221	99,4%	43.187.908	10,2%		0,0%		0,0%
CARGA HOR-SUPL - ENSINO MEDIO	85.452	37,0%	30.645.837	7,3%	72.994	32,0%	46.999.335	7,7%
ADICIONAL TEMPO DE SERVICIO	134.064	58,1%	16.328.409	3,9%	97.268	42,6%	29.122.298	4,7%
CARGA HOR-SUPL - 1 A 4 SERIE	34.404	14,9%	19.680.408	4,7%	27.257	11,9%	24.984.168	4,1%
AUXILIO TRANSPORTE	212.090	91,9%	10.375.601	2,5%	150.572	65,9%	10.685.559	1,7%
GRATIFICACAO GERAL-QM LC 901-2001	230.691	100,0%	13.586.029	3,2%		0,0%		0,0%
GTE - GRAT POR TRABALHO EDUCACIONAL	229.149	99,3%	13.501.212	3,2%		0,0%		0,0%
PREMIO DE VALORIZACAO - QM	230.688	100,0%	9.056.593	2,1%		0,0%		0,0%

Fonte: autores, com base em folhas de pagamento da SEE-SP

O salário base corresponde a 32,2% do valor das folhas de pagamento no ano de 2006, atingindo 44,9% de docentes. Embora seja o item com maior peso na folha, por representar o valor que é pago aos professores de acordo com uma jornada de trabalho

padrão e a posição na carreira, pode-se considerar que é um percentual pequeno, o que indica um salário base em média baixo. É interessante observar os itens correspondentes à carga suplementar (2ª. linha, 4ª. linha e 6ª. linha), ou seja, pagamentos relativos a aulas além da jornada padrão, que quando somadas correspondem a 21,3% dos valores da folha de 2006. O Adicional por Tempo de Serviço corresponde a 3,9% do valor da folha em 2006, atingindo 58,1% dos docentes e o Auxílio Transporte com 2,5% de peso sobre a folha atinge quase 92% de docentes. Chama atenção a política de gratificações que aparecem em 2006. Somadas a Gratificação de Atividade de Magistério (GAM), a Gratificação Geral (GG), a Gratificação por Trabalho Educacional (GTE) e o Prêmio de valorização elas correspondem a 18,7% do total da folha.

Tomados os mesmos itens em 2013 salta aos olhos o desaparecimento das quatro gratificações, que tiveram seu valor incorporado aos valores do salário base (que passou a 33,5%) e aos valores pagos na carga horária suplementar (que passaram a 21,2% da folha). O peso relativo do Adicional de Tempo de Serviço cresceu levemente para 4,7% do valor da folha e o Auxílio Transporte teve leve redução para 1,7%. É possível interpretar que o que foi retirado da folha (e do pagamento dos docentes) na forma dos itens das gratificações em 2013 em termos de valores somados destas gratificações em 2006 ao salário base de 2006 quase não se alterou quando comparado com o salário base de 2013 (esta conta resulta em pouco menos de 9% em oito anos, numa inflação do período muito maior...). Pode-se afirmar ainda de que se trata de uma política remuneratória que revela forte viés de desvalorização.

Conclusões

A questão da remuneração docente é uma das mais complexas do financiamento da educação pública. Entre questões importantes está a distribuição de itens de remuneração em uma carreira de professores. Uma das principais fontes de pesquisa sobre o assunto são as folhas de pagamentos das secretarias de educação, todavia, destaca-se que é de muito difícil seu acesso. Quando obtidas para o período de 2006 a 2013 em São Paulo, vários perfis e valores médios puderam ser revelados: a) a média bruta de remuneração por docente pouco aumentou no período (11,7%); b) apesar de ser um percentual pequeno (1,4%), professores lotados em unidades administrativas têm média de remuneração acima dos lotados em escolas (em média 50,3% a mais em 2013); c) docentes PEB II recebem remuneração média 18,7% a mais que docentes PEB I; d) professores da rede paulista em sua grande maioria (43%) tem mais de 19 anos de

trabalho em escolas; e) a política de gratificações estabelecida entre 2006 e 2013 parece ter ocultado valores (pela incorporação) que pouco alteraram a remuneração da categoria docente em São Paulo.

Referências

ALVES, T.; PINTO, J. M. R. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: Um aporte. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo v. 41, nº 143, p. 606–635, 2011.

BARBOSA, A. Salários docentes, financiamento e qualidade da educação no Brasil. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, nº 2, p. 511–532, 2014.

BRASIL. *Lei nº 13.005*, de 25 de junho de 2014. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm> Acesso em 29/03/2016.

FELÍCIO, F. *Evolução dos Salários de Professores da Educação Básica – rede pública*. São Paulo, 2013.